

2

A Escola: suas características, aproximações e distanciamentos do meio civil

Neste capítulo pretendo destacar as características presentes na Escola de Saúde que podem ser encontradas em qualquer outra escola. Mas também, sublinharei as peculiaridades que permeiam este ambiente escolar e fazem dele exemplar único e não transferível para outro cenário (Pérez-Gomez, 2001)

Tomando-se a lente foucaultiana, saber e poder caminham de mãos dadas, na medida em que o exercício do poder é solo fértil para a formação do saber, e que o saber constrói relações de poder. Para Foucault (2000), o hospital não é apenas lugar de cura, mas também a origem da produção, acúmulo e transmissão daquele saber. Seguindo esta lógica, a escola está na origem da pedagogia, a prisão na origem da criminologia, o hospício na origem da psiquiatria.

A escolarização é descrita por Foucault como um dispositivo: uma rede estabelecida diante de elementos diversos como, o espaço escolar, o currículo, o calendário escolar, os discursos, os materiais escolares, os procedimentos administrativos... E as relações estabelecidas neste ambiente acontecem na esfera das relações de poder, de forma estratégica, confirmando seu caráter produto – produtor de saber.

Para Foucault (2000), é principalmente a partir do século XIX, com o surgimento do que ele denomina “instituições de seqüestro”, que o poder epistemológico se estabelece. Tais instituições seriam as escolas, hospitais, penitenciárias e quartéis, que tem como principal características a vigilância e a disciplina. Ao longo dos tempos estas instituições objetivam controlar o tempo, o corpo e o saber dos indivíduos.

Os postulados foucaultianos trazem à tona as relações microfísicas de poder que permeiam todos os ambientes escolares, sejam públicos ou privados, civis ou militares.

Somado à hierarquia, à disciplina, ao fardamento, às continências e a suas tradições, os Centros de Instrução apresentam características comuns às instituições de ensino regular: calendários, currículos, avaliações, aprovações e reprovações, professores e alunos. Mas não é só isso.

Como afirma Goodman (2001, p. 150 *apud* Pérez Gomez):

A educação dos(as) meninos(as) é um fenômeno complexo que implica estruturas organizativas, identidades pessoais, dinâmicas interpessoais e comunicações simbólicas. **Compreender o que acontece numa determinada escola não é facilmente acessível por meios simples e diretos.** (grifo nosso)

Para Pérez Gómez (2005), para que possamos compreender as relações estabelecidas pelos indivíduos em uma escola, seus valores e suas rotinas, temos que decodificar a realidade social que eles compartilham naquela instituição, e vice-versa, compreender os indivíduos e suas relações que constroem aquela realidade social naquela instituição. Transformando o intuito de conhecer a todos, indivíduos e instituição, algo complexo que vai além de enumerar seus fatores organizacionais.

Vamos à Escola!

2.1 Características da Instituição

Goffman (2001) afirma que toda instituição social solicita parte do tempo e do interesse de seus participantes, umas solicitam mais e são classificadas como totais pelo autor⁷. Essa “totalização” ou “fechamento” é sintetizado na barreira ao mundo exterior a si. Goffman agrupou em cinco os tipos de instituições totais, destinando ao grupo 4 as escolas, quartéis, navios e colônias de trabalho, instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho (Goffman, 2005, p.17).

Diferentemente da sociedade extra-muros, as instituições totais compilam em seu interior as atividades primárias do ser humano, comer, dormir e trabalhar. Tais atividades são realizadas com horários determinados, em grupo, sob uma única autoridade. A Escola de Saúde, como quartel e escola, congrega no seu dia-a-dia diversas atividades, desde o quarto d’alva, café da manhã, aulas, almoço, aulas, jantar, horário livre, ceia. Os alunos não são obrigados a dormir à bordo, a não ser quando estão de serviço, mas a Escola possui alojamento para eles e não raro os alunos pernoitam ou passam a semana dormindo na Escola, indo para casa apenas às sextas-feiras.

⁷ Esta categorização das instituições como totais já foi utilizada por outros autores como Foucault, Rowland, Moulton, Schafner, Etzioni, todos com a mesma conotação.

Outro ponto de destaque na configuração da instituição total é a estratificação dos indivíduos, em dois grupos marcados, distantes e frequentemente prescritos. No caso do militarismo isto é cristalino: Oficiais e Praças.

As Forças Armadas, diferentemente de outras instituições sociais, possuem o monopólio do uso “legítimo” da violência. Sua legitimidade é raramente discutida posto que se caracteriza como uma instituição de caráter nacional. A identidade pátria é intimamente relacionada com seus guerreiros, seus exércitos de defensores. Por isso cada nação possui apenas um exército, uma marinha, uma força aérea. Daí deriva também o caráter de coisa pública das Forças Armadas.

Mas, apesar de ser uma instituição nacional, sua identidade se constrói exatamente na distinção com o mundo civil: os paisanos. A identidade grupal se apresenta logo de pronto no uniforme, no gestual, no modo como os relacionamentos são estabelecidos. Para seus participantes o significado de “estar dentro” não existe sem estar relacionado ao “estar fora”. Baseado nesta oposição dentro-fora faz-se necessário explicar o Sistema de Ensino Militar, uma estrutura paralela ao sistema de ensino civil nacional.

2.2

O Ensino Militar - o paralelismo com o meio civil

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, há uma explosão cultural no país, com a criação do Museu Real, do Jardim Botânico, da Biblioteca Pública entre outros. Educacionalmente, surgem os primeiros centros de Ensino Superior, destacando-se entre eles a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar.

O ensino elementar e a instrução popular encontravam-se estabelecida na Instrução Pública da Corte, que determinava que os meninos pobres, caso fossem encontrados “vagando pelas ruas” ou em estado de “pobreza ou indigência” fossem matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo estado. Após freqüentarem as “aulas primárias” os meninos eram enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra, para que aprendessem um ofício que lhes garantisse o sustento.

Presente desde a “inauguração” da escolarização brasileira hoje, o ensino militar naval encontra-se estruturado da seguinte forma: possui em sua macro estrutura a Diretoria de Ensino - DEEnsM, responsável por regular, orientar, supervisionar e avaliar seus centros de ensino e respectivos cursos do Sistema de Ensino Naval - SEN.

Comparativamente ao sistema educacional civil nacional, a Marinha tem a Lei de Ensino nº11279 de 9 de fevereiro de 2006 sancionada pelo Presidente da República, (que revoga a Lei 6540 de 28 de junho de 1978) :

Art. 1º O ensino na Marinha obedece a processo contínuo e progressivo de educação, com características próprias, constantemente atualizado e aprimorado, desde a formação inicial até os níveis mais elevados de qualificação, visando a prover ao pessoal da Marinha o conhecimento básico, profissional e militar-naval necessário ao cumprimento de sua missão constitucional.

Parágrafo único. Atendidos os aspectos que lhe são peculiares, o ensino na Marinha observa as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecidas em legislação federal específica.. (Lei 11279/06)

Encontrando correspondência na LDB em seu Art. 83: “*O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino*” (LDB 9394/96).

Além de suas próprias publicações, que regem a dinâmica dos cursos, com parâmetros para avaliação e fluxo dos mesmos, currículos balizados por habilidades e competências, cursos de Ensino Fundamental (segundo segmento), Ensino Médio-Técnico e Ensino Superior. Todos os cursos realizados na MB tem que ser previamente aprovados pelo Diretor de Ensino, através de suas propostas curriculares, que devem enquadrar-se em formato específico, único para toda a MB, determinado por portaria.

Buscando reconhecimento de seus cursos, e na constante tensão interior-exterior, de Nível Médio-Técnico e Superior em meio civil, a Marinha do Brasil tem seus currículos nos moldes das sociedades regulamentadoras de cada área (Sociedade Brasileira de Cardiologia, Conselho Federal de Enfermagem... entre outros) e nos parâmetros estabelecidos pelo MEC.

Art. 5º - Quanto ao nível e à modalidade, o ensino proporcionado pelo SEN terá, em conformidade com a legislação que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, correspondência com:

- I - a educação básica, no que se refere ao ensino médio;
- II - a educação profissional; e
- III - a educação superior.

Parágrafo único - Fica assegurada a equivalência dos cursos do SEN, quanto aos seus níveis e modalidades, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Para operacionalizar sua legislação a DEnsM é composta por um corpo pedagógico que acompanha o desenvolvimento dos cursos em seus processos de ensino-aprendizagem em seus vários aspectos. Dentro de cada centro de instrução existem os serviços de Orientação Pedagógica e Educacional para assessorar o corpo docente, discente e o Comando Naval sobre o desenvolvimento dos cursos, problemas e desafios, que trabalham conforme diversas publicações da DEnsM, entre elas o DEnsM-305, o manual de orientação pedagógica e orientação educacional da Marinha.

As Instituições de Ensino são responsáveis por grande parte do contingente e das atividades nas Forças Armadas. Vários são os centros de formação, divididos de acordo com a área de atuação e/ou divisão hierárquica entre praças e oficiais.

No caso da Escola de Saúde, todos os cursos por ela ministrados buscam sempre caminhar a par e passo com as exigências e atualidades do meio civil. Então, a carga horária, os currículos, a condução dos cursos, os campos de estágio, participação em eventos científicos... Tudo é voltado para essa “equivalência” acadêmica, claro que sem abandonar suas características militares.

2.3 A Hierarquia e a Disciplina

Para entendermos a dinâmica hierárquica na sociedade militar, usaremos por empréstimo e aproximação o significado de Marshall (1967) de *status*: “*Por status social entendemos, então, a posição geral de um indivíduo em relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela*”

A hierarquia não é uma peculiaridade do militarismo, em sociedades civis a sistemática de estratificação e classificação se faz presente, inclusive em sociedades em que a figura da autoridade constituída não existe, como no Havaí,

por exemplo. Ou então nas castas indianas, onde a hierarquia constitui-se como princípio social.

Diferentemente das sociedades ditas modernas, onde o princípio da igualdade é cantado em verso e prosa, a hierarquia nas Forças Armadas é princípio explícito em sua fundação e conduta.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais e permanentes, organizadas, com base na **hierarquia e disciplina** (grifo nosso) sob a autoridade suprema do presidente da República. (Brasil, 1988, p. 98)

E ainda: “ *A hierarquia e a disciplina* (grifo nosso) *são a base institucional das Forças Armadas*” (Estatuto dos Militares, art.14, cap. III, 1994 (1980, p.8).

A título de curiosidade, a ordem da escrita dos nomes das Armas, no trecho supra citado é coerente com a hierarquia, posto que começa com a Marinha, força mais antiga das três, passando ao Exército e então a Aeronáutica. A hierarquia estaria para o militarismo como um princípio regulador coletivo, predispondo condutas, sinais de respeito, honras e cerimoniais. Não se limitando à vida da caserna, mas estruturando também a relação com o mundo exterior a ela – o mundo civil.

Segundo Leirner (1997), as relações de forma escalonada, segmentando os militares definem bem os limites da hierarquia, o campo de ação dela e as peculiaridades frutos dessas relações.

Divididos em patentes, círculos hierárquicos, antiguidade, essa segregação, que vai de grupos a subgrupos, chegando ao limite pessoa-a-pessoa, define a coletividade. O Estatuto dos militares demonstra o caminho da segmentação coletivamente...

§ 1º - A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

Passando aos grupos...

Art. 15 - Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de

camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Chegando ao indivíduo...

§ 1º - Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente.

§3º - Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade militar competente.

Art. 17. A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antigüidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei.

§ 1º - A antigüidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data. (Estatuto dos Militares. Lei 6880 de 09 de dezembro de 1980)

Estas divisões e subdivisões, círculos e patentes, não são limitadas ao papel. De fato, elas são incutidas no dia-a-dia da instituição militar na divisão de banheiros, refeitórios, pronomes e vocativos de tratamento, medalhas, condecorações, elogios e repreensões.

Assim, a hierarquia tanto dá sentido à ação coletiva quanto à individual, a ação individual como expressão do coletivo e o coletivo como resultado de várias ações individuais balizadas pelo mesmo paradigma.

Mas como opera a hierarquia? Segundo Foucault (2000), são produzidas, em instituições sociais, como as escolas e os quartéis, tecnologias de controle, nomeadas por ele como poder disciplinar. No caso das Forças Armadas a disciplina, mais explicitamente.

Nas escolas do século XVIII os alunos também estavam aglomerados e o professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro etc... Um ensino coletivo dado simultaneamente a todos os alunos implica uma distribuição espacial. A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. (Foucault, 2000)

É dessa maneira que a disciplina aponta para a prática dos conceitos abstratos de hierarquia, unindo, pois segmenta todos igualmente, fazendo-os se perceber como parte do todo, da rede de relações pessoais.

Nas observações de campo, a disciplina pode ser quase que tocada em sala de aula. De fato, ela se materializa nas ações dos indivíduos, professores (civis e militares) e alunos. Independentemente de serem professores do sexo masculino ou feminino, civis ou militares, as regras de convívio pareciam desde sempre estarem estabelecidas. Sem que houvesse qualquer combinação explícita prévia, alunos e professores comportavam-se de acordo com as mesmas regras, um esperando que o outro agisse assim da mesma forma. Por exemplo, para irem ao banheiro os alunos levantavam-se, alternada e ordenadamente, e saíam da sala. O próximo a ir aguardava o último ausente retornar. Excetuando-se momentos de intervalo, quando todos eram liberados simultaneamente. Ainda assim, nos corredores da escola, caso se exaltem e elevem o tom da voz, excedam-se nas brincadeiras típicas de alunos e de escolas, são chamados a atenção sobre seu comportamento. Somada à observação de que outras turmas estão em aula e podem sentir-se incomodadas, são lembrados de sua condição militar. Claro que, conforme o professor a margem da rigidez disciplinar tem variações sobre o mesmo tema. Alguns professores agiam como se não notassem o ir e vir cadenciado dos alunos. Outros olhavam para o aluno, que maneava a cabeça sinalizando sua saída, ao que o professor acinte respondendo com o mesmo gesto.

A disciplina é bem vista pelos professores civis, tida como aliada dentro de sala de aula, facilitando o manejo das turmas:

“A instituição militar é uma instituição pautada em regras de conduta e convívio para pessoas, o que é imprescindível pra o funcionamento de qualquer instituição. Se cada um fizer o seu papel e seguir as regras, não existirão problemas.”

(professor civil ,29 anos de escola)

Mas, o binômio hierarquia-disciplina também é “sentido na pele” docente, na maneira como se sente tolidos de agir de determinada forma ou são impelidos a agir de outra:

*“...por ser uma instituição militar, a gente tem por **obrigação** (grifo nosso), que ter uma postura que de repente você não teria lá fora. Lá fora, talvez se você desse aula num cursinho, saísse da aula, vou dar um exemplo assim, eu saísse da aula pra comer pizza com meus alunos. Aqui dentro acho que não tem esse... não tem espaço para esse tipo de relacionamento.”*

(professora civil, 03 anos de escola)

“Comecei ministrando (aulas na instituição militar) **por ordem** (grifo nosso) a disciplina de Anatomia e Fisiologia humanas para o curso de Aperfeiçoamento em Enfermagem, Turma 1/1990.”

(militar da reserva)

Alguns atribuem à disciplina, principalmente no relacionamento entre alunos e professores militares, à possibilidade de sanção presente nas entre linhas:

“Talvez ele (aluno) tenha liberdade de dizer uma coisa para o professor por ele ser civil, que não tenha de dizer para um militar, por achar que possa ser punido, que vai ser um desrespeito.”

(professora civil, 03 anos de escola).

Esses atributos da cultura militar tão concretos, hierarquia e disciplina, operam e são operados pelos atores deste cenário. Para que possamos conhecer a conduta militar além da relação comando-obediência devemos partir de todos os seus simbolismos, o que será discutido a seguir.

2.4 Ritos e simbolismos

Os ritos e simbolismos que permeiam **exaustivamente** o militarismo são intrinsecamente relacionados à hierarquia e disciplina. É através destes elementos que notamos o cumprimento das duas últimas. A visualização de pronto, demonstrada a seguir e vivenciada por todos desde seu primeiro dia “a bordo”, da **exaustiva**⁸ operacionalização da hierarquia e disciplina na infinidade de insígnias⁹ dispostas nas fardas dos Oficiais do Corpo de Saúde ilustram melhor “esta veneração” de códigos.

Médicos,



Dentistas,

⁸ Exaustivo é o adjetivo que melhor define a quantidade de símbolos e rituais existentes na Força. Além destas insígnias presentes no fardamento há várias fardas nas quais eles são usados, dependendo do dia e da ocasião; bem como flâmulas de comando, bandeiras sinalizadoras, medalhas e brevês.

⁹ Imagens retiradas da página da MB www.mar.mil.br (01.06.07)



E todas as outras especialidades da área de Saúde, como a Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia e Nutrição.



Mas existem outros Corpos: Armada, Intendentes, Fuzileiros Navais, Engenheiros e Auxiliar. Onde cada um possui, em média, 06 postos, o que significa 06 tipos de platina diferentes, 06 tipos de insígnias diferentes e, pelo menos, 03 tipos de cobertura. O Corpo Auxiliar é ainda composto pelos Quadros:

Técnico, onde são congregadas diferentes especialidades como Pedagogia, Contabilidade, Direito, entre outras;

O Quadro dos Capelães Navais,

E o Quadro dos Auxiliares e Auxiliares Fuzileiros Navais, AA e AFN, respectivamente, que são Praças que fazem concurso para Oficiais, desde que possuam qualquer nível superior e vinte anos de casa. Sua condição de Praça permanece “marcada” na oficialidade.

O fardamento dos Praças também possui diversas insígnias¹⁰, que discriminam sua especialidade e sua graduação¹¹.



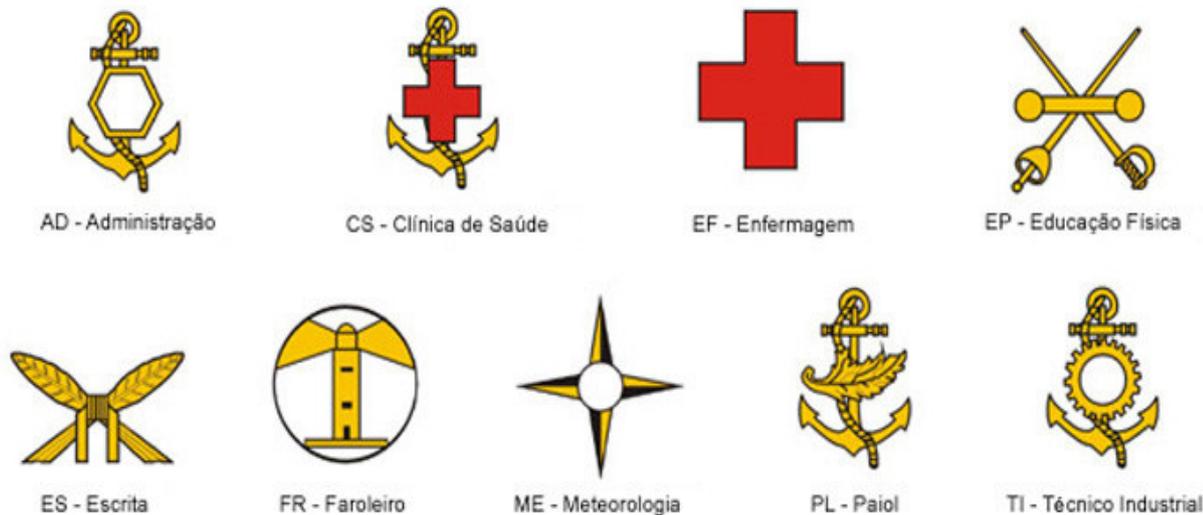
Suas especialidades são divididas em três Corpos:

O Corpo de Praças da Armada que engloba profissões como arrumador, cozinheiro, mecânico, operador de radar, entre outros, cada qual com seu símbolo correspondente.

¹⁰ Imagens retiradas da página da MB www.mar.mil.br (01.06.07)

¹¹ Para os praças, o seu lugar hierarquicamente demarcado é denominado graduação, e não posto como para os Oficiais.

O Corpo Auxiliar de Praças, onde temos a Enfermagem



E o Corpo de Praças de Fuzileiros Navais, onde também existem os enfermeiros.



Estes **inúmeros** símbolos, postos, quadros, graduações e especialidades, são desfilados diariamente, em diferentes uniformes. Além destes símbolos há também a plaqueta com o nome de guerra do militar, presa à farda, e todas as possíveis medalhas existentes como a que indica algum tipo de curso realizado, a que indica o tempo de serviço na Força, ou ainda o números de dias de mar viajados. E todos têm origem na história e tradição da Força, remontando à tempos distantes, como o uso das medalhas por exemplo, que vem do tempo das Cruzadas, referenciando a Ordem das Cavalarias à qual o indivíduo pertencia,

indicando sua insígnia de honra. Ou então as platinas, presas sobre os ombros dos uniformes, que remete às tiras de couro usadas nos uniformes para fixar os talabardes. Símbolo a símbolo, os sujeitos vão sendo marcados, um a um, em seu lugar nesse plano cartesiano, de maneira única e inconfundível.

Mas a atividade da hierarquia e disciplina é também sentida nas práticas diárias comuns, como quando da entrada do professor, seja ele civil ou militar, o aluno mais antigo da turma ou do pelotão ordena: “*Levantai-vos,*” ao que todos se levantam até que aquele que adentrou o recinto diga para se sentarem. Alguns dos professores militares podem dispensar tal procedimento ou interrompe-lo ou cessá-lo rapidamente. Alguns civis fazem questão do ritual quase que solenemente. Aqui cabe uma explicação, o aluno mais antigo em uma turma militar não corresponde ao aluno mais velho do grupo. Dentro do tabuleiro cartesiano que é a turma o aluno mais antigo é aquele que por suas notas terá a média mais alta do grupo, bem como os melhores apontamentos quanto ao fardamento e a postura militar, ele será tido como o “zero um” e a partir dele todos os outros serão classificados, do “zero dois” ao “zero último”. Tanto o “zero um” quanto o “zero último” são figuras míticas no meio escolar militar, o primeiro como o ideal a ser alcançado e o último como o demônio a ser evitado.

Durante as entrevistas, quando os professores militares foram inquiridos sobre a imagem da farda e sua influência na prática de sala de aula, a disciplina como facilitador da atuação docente desponta.

“Penso que em ambiente militar a farda é bastante facilitadora para a prática em sala de aula, pois já é um hábito militar haver o respeito aos superiores hierárquicos e com isso não existe quase nenhum problema de ordem e disciplina, a não ser quando há falta total de liderança do professor.”

(militar da reserva)

“Claro... a posição do professor em sala de aula, por mais tranqüilas que sejam suas atitudes, ainda é percebida como um ambiente de poder e repressão... imagine em meio militar!!!Nunca tive problemas de relacionamento com alunos e atitudes indesejáveis em meio civil, dirá em meio militar!Minha posição é confortável... Sou homem e Oficial,... são dois fatores que para a realidade que vivo, representam poder e atitude.”

(M2, 04 anos de escola)

“...é a farda, eles se controlam muito mais, a atitude deles dentro de sala de aula. Porém tem alguns professores civis que até são mais militarizados que alguns militares, isso depende muito da pessoa, do ser que esta ali em sala de aula, mas uma vez você já estando paramentado com aquela farda, causa um primeiro impacto. E só vai haver um relaxamento quando você verbalizar pra eles: Ó gente, vocês podem relaxar...”

(M1, 04 anos de escola)

Essa militarização, “disciplinarização” dos funcionários civis pode ser explicada em Goffman, (2005) quando o autor afirma que a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão. Segundo Durkheim (1957), por detrás de cada contrato social existem suposições não-contratuais a respeito do caráter dos participantes. Automaticamente, ao concordar quanto ao que devem ou não um ao outro, estão subentendidos os direitos e deveres de cada um. O que pode ser confirmado pelo depoimento, registrado em ata de reunião de corpo docente, por um professor aposentado que fora convocado para acompanhar os alunos em capo de estágio, aos demais professores civis que haviam sido recém contratados para a mesma tarefa:

“Eu cheguei nessa escola em 1979, com cabelo black-power, calça boca sino... e vi que aqui a banda tocava diferente. Aí eu pensei, é vou ter que me enquadrar (linguajar marinheiro). Cortei o cabelo! Vocês vão perceber a diferença dos alunos, eles te respeitam mais. Quando eu me aposentei eu senti a maior diferença!”

(S., professor civil aposentado)

Essa maneira de ser e agir, esse contrato, segundo Goffman (2005), é tecida no contexto institucional, pela rede de micropoderes do fazer cotidiano. Os sujeitos se constituem e são constituintes desta prática diária.

Os rituais, tradições, linguajar e símbolos são elementos fundamentais da cultura da instituição militar. Considerando-se o conceito de cultura como:

Conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo ente o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. (Geertz *apud* Leiner, 1997, p. 64)

Esse conjunto de mecanismos simbólicos que subjetivamente compõem a vida de todo ser social, no militarismo são ao mesmo tempo explícitos, presentes em manuais e normas de conduta, e implícitos, pois introjetados em todos os sujeitos, naturalizados.

Exemplo dessa explicitação é visto no Estatuto dos Militares: “*Art. 1º - O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas.*”

Outro exemplo, valorizando os ritos e simbolismos navais, é o Cerimonial da Marinha, documento que possui oito títulos e 48 capítulos, onde são detalhados o como proceder, desde relacionamentos entre indivíduos passando por todo tipo de autoridades, militares e civis, nacionais ou estrangeiras, e todo tipo de evento / cerimônia, festiva ou fúnebre: “*Artigo 1.1.1 - Finalidade - As disposições deste Cerimonial têm por finalidade estabelecer os procedimentos relativos à etiqueta militar da Marinha*” (Cerimonial da Marinha, Decreto nº 87.427 de 27 de julho de 1982).

Para Foucault, (*apud* Prata, 2005, p.28) o discurso, escrito ou falado, não é composto apenas pela arregimentação de fonemas, é sim fruto de relações de poder. O dito é condicionado ao não-dito. E através destes rituais, das cerimônias institucionais, dos simbolismos, os indivíduos se sentem partes da instituição, constroem seu *status*, sua identidade.

E a instituição, através de seu aparato disciplinar, na canonização dos detalhes, tem o controle do tempo e do corpo dos indivíduos.

A maneira como todo este contexto apresentado influi e é influenciado pelo trabalho docente será discutido no Capítulo IV.